



NOVA DIREITA POPULISTA E PROTEÇÃO SOCIAL: uma interpretação sobre o caso brasileiro

Arnaldo Provasi Lanzara¹
Juan Vicente Bachiller Cabria²

Resumo

O governo Bolsonaro produziu impactos bastante negativos no sistema de proteção social. Apoiado na austeridade fiscal, o líder da nova direita executou um amplo programa de desmonte de políticas sociais que, a despeito de resistências, comprometeu particularmente os benefícios contributivos. Destaca-se que, diferentemente da experiência dos países europeus, a nova direita populista no Brasil teve uma atuação mais neoliberal do que estatista em relação às políticas de bem-estar, chamando a atenção para variações regionais desse fenômeno, especialmente no contexto latino-americano. Partindo de uma análise da economia política do Estado de Bem-estar e de suas consequências para a competição eleitoral, este artigo busca explicar essas variações ao analisar as diferentes estratégias e coalizões sociais que sustentaram o desmonte de políticas promovido pela nova direita no Brasil.

Palavras-chave: Nova direita populista; austeridade fiscal; desmonte de políticas; proteção social; Brasil

NEW POPULIST RIGHT AND SOCIAL PROTECTION: an interpretation of the Brazilian case

Abstract

The Bolsonaro government had a very negative impact on the social protection system. Supported by fiscal austerity, the leader of the new right implemented a broad program of dismantling social policies that, despite resistance, compromised contributory benefits in particular. It is worth noting that, unlike the experience of European countries, the new populist right in Brazil had a more neoliberal than statist approach to welfare policies, drawing attention to regional variations in this phenomenon, especially in the Latin American context. Based on an analysis of the political economy of the welfare state and its consequences for electoral competition, this article seeks to explain these variations by analyzing the different strategies and social coalitions that supported the dismantling of policies promoted by the new right in Brazil.

Keywords: New populist right; fiscal austerity; policy dismantling; social protection; Brazil

Artigo recebido em: 24/10/2024 Aprovado em: 30/04/2025
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.10>

¹ Professor Associado de Ciência Política e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFF/Volta Redonda). E-mail: arnaldolanzara@id.uff.br

² Professor Adjunto no Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Educação de Angra dos Reis). E-mail: bachiller_juan@id.uff.br

1 INTRODUÇÃO

Embora seja amplamente reconhecido que a Constituição de 1988 permitiu ao Brasil avançar nos direitos sociais e nas políticas de combate à desigualdade, aumentando assim os custos políticos do não provimento ou reversão dessas políticas (Arretche, 2018), Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018, com um programa para desconstruir esse legado. O líder da nova direita populista governou o país amparado pelo chamado Novo Regime Fiscal criado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, através do qual o anterior governo de Michel Temer (2016-2018) introduziu um limite constitucional aos gastos públicos, abrindo espaço para a adoção de reformas mais radicais no sistema de proteção social. Além disso, o governo Bolsonaro procurou desorganizar a burocracia pública para justificar processos de desmonte de políticas (Lotta; Silveira; Fernandez, 2023). No campo da proteção social promoveu, por um lado, uma expansão errática dos programas de transferência condicionada de renda e, por outro, tentou mercantilizar os serviços sociais universais, bem como desmantelar os benefícios contributivos.

O processo de desmonte das políticas de proteção social no Brasil tem sido objeto de investigações recentes (Fleury, 2023; Sátyro, 2024). Chama a atenção que as conclusões desses estudos divergem daquelas estabelecidas pela literatura centrada nos casos europeus; que associam os partidos de direita radical populista a um discurso de defesa das políticas nacionais de bem-estar. Mais especificamente, a literatura focada nos casos europeus tem enfatizado que, a despeito de certa atitude ambivalente em relação às políticas sociais, em qualquer caso não se pode falar de um desmonte dessas políticas pelos governos da direita populista (Afonso, 2015; Chueri, 2021; Ensser-Jedenastik, 2022). Ou seja, o que a teoria sobre a relação entre os partidos de direita radical e o Estado de Bem-Estar aponta é que estes, condicionados pela competição política, têm sido forçados a moderar suas propostas econômicas e sociais, adaptando seus programas para cativar eleitorados com posições ambíguas relativas à proteção social (Afonso; Rennwald, 2018; Rovny; Polk, 2020).

Em vista das diferenças entre os contextos europeu e latino-americano, no que se refere tanto aos fatores causais da ascensão da nova direita populista quanto ao seu modo de governar, cabe perguntar em que medida o estudo de fenômenos como o governo Bolsonaro, e seu programa de contração das políticas sociais, pode ajudar a explicar a relação entre a direita populista e a proteção social? Partindo da proposta teórica de Rathgeb e Busemeyer (2021) que, de um lado, ressalta a necessidade de construir pontes analíticas entre a literatura sobre competição eleitoral e os resultados das políticas sociais e, de outro, a economia política dos Estados de Bem-Estar, a hipótese levantada neste trabalho é que, no caso brasileiro, tais diferenças se devem às deficiências do sistema de

proteção social, sobretudo para oferecer cobertura digna a grandes contingentes da população imersos nas relações precárias de trabalho, e à presença recente de uma austeridade constitucionalizada, fruto de uma trajetória de liberalização intensificada ao longo dos anos. Trata-se, com isso, de explicar por que as ideias da direita radical populista de Bolsonaro adquiriram ressonância e cristalizaram-se num programa de contração da proteção social devido ao fato de, no Brasil, o neoliberalismo se encontrar mais inserido num conjunto de instituições, políticas e relações sociais (Cerny, 2010; Cahill, 2018).

A despeito da existência de teorias excessivamente focadas nos casos europeus, o desmonte da proteção social sob o governo Bolsonaro constitui-se, portanto, em evidência que destoa dos casos paradigmáticos, chamando a atenção sobre a necessidade de as teorias sobre o fenômeno em tela serem reformuladas à luz da experiência latino-americana. Para isso, este artigo se divide em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção é elaborada uma leitura crítica dessas teorias, estabelecendo diferenças contextuais sobre a relação entre o populismo de direita e as políticas sociais, de modo a evitar generalizações indevidas sobre o fenômeno. Na terceira, as falhas do sistema de proteção social brasileiro são tratadas como variáveis explicativas do seu recente processo de desmonte. A quarta seção demonstra como essas falhas foram capitalizadas pelo governo Bolsonaro para facilitar a retração da proteção social, especialmente dos benefícios contributivos. Por fim, na conclusão, propomos algumas reflexões sobre as consequências das políticas da direita radical para o sistema de proteção social brasileiro.

2 A DIREITA POPULISTA E OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: Europa e América Latina

A recente emergência do populismo autoritário tem suscitado importantes questões sobre o futuro da democracia e dos direitos de cidadania. Desde já, é importante salientar que o termo “populismo” em si é ambíguo e de difícil definição (Mudde; Kaltwasser, 2017). Ademais, a natureza adaptável do populismo a vários contextos e ideologias amplia o horizonte de explicações possíveis acerca da sua recente manifestação. Os novos populismos podem se apoiar tanto em ideologias protecionistas e nacionalistas como em reivindicações libertárias e neoliberais; e, nesse sentido, não podem ser considerados como simples variantes de ideologias fascistas tradicionais (Urbinati, 2019).

Vale destacar, no entanto, que a difusão global desse fenômeno é concomitante ao crescimento das desigualdades, disseminando sentimentos generalizados de frustração, insegurança e desconfiança das instituições (Eatwell; Goodwin, 2018). Assim, a incapacidade dos Estados em gerar respostas ao problema do crescimento exponencial das desigualdades nos ajuda a explicar como, a partir da crise financeira de 2008, houve um aumento tanto da mobilização política e polarização

ideológica, canalizadas pela direita radical, como da apatia dos cidadãos em relação à redistribuição (Urbinati, 2019).

É importante ressaltar que as atitudes públicas são constitutivas dos diferentes repertórios de reformas que buscam mitigar ou fortalecer os sistemas de proteção social. Políticos que buscam reformar dimensões importantes desses sistemas apostam na ambivalência das atitudes dos eleitores em relação não apenas a questões redistributivas, mas a questões morais (Slothuus, 2007; Wezellburger; Hörisch, 2016). A proeminência dessas últimas, no entanto, especialmente no atual cenário de austeridade fiscal, tem levado a um sentimento de descrença por parte dos cidadãos em relação aos resultados das políticas sociais; e as divergências redistributivas começam a dar lugar a disputas sobre o “mérito” dos beneficiários (Slothuus, 2007). Diante dessas situações, é razoável esperar que tais disputas sejam mais transversais e tornem mais difícil a produção de alinhamentos eleitorais em torno do conflito distributivo tradicional, separando claramente os grupos que de outra forma se identificariam.

No que diz respeito ao contexto europeu, os resultados das políticas sociais sob os governos da direita radical populista são bastante contraditórios; e não autorizam falar de uma contração do Estado de Bem-Estar (Häusermann; Picot; Geering, 2013; Afonso, 2015; Busemeyer; Rathgeb; Sahm, 2021). Nesse aspecto, alguns estudos mostram que os partidos da direita radical, quando integram coalizões de governo, têm moderado algumas reformas mais radicais dos benefícios sociais propostas por partidos da direita convencional, sobretudo propostas que pretendem reduzir benefícios contributivos (Pingerra, 2020; Chueri, 2021). Em outros âmbitos, como nas políticas de família, a direita radical tem se mostrado mais influente, combinando uma ideologia nacionalista e pró-natalista para reforçar programas focados na perspectiva tradicionalista dos papéis de gênero (Ennser-Jedenastik, 2022). Esse último exemplo pode ser evidenciado pelo governo de Viktor Orbán na Hungria, que remodelou o sistema de proteção social do seu país para promover valores familiares tradicionais e a identidade nacional (Sebok; Simons, 2022).

Portanto, grande parte das abordagens sobre a ascensão desse fenômeno, na Europa, destaca a existência de um discurso de defesa dos sistemas nacionais de proteção social endossado pelos partidos da direita radical. A questão, aqui, diz respeito ao realinhamento eleitoral desses partidos a partir da Grande Recessão de 2008, quando passaram a concorrer mais diretamente com os partidos de esquerda tradicionais para representar as classes trabalhadoras insatisfeitas com a globalização. Assim, diversas perspectivas apontam o avanço da direita radical populista europeia como uma nova força de representação da classe trabalhadora, utilizando como variável explicativa a retração da proteção social sob os efeitos da globalização e da austeridade fiscal. Tais perspectivas destacam que, para além das explicações identitárias e culturais, as políticas neoliberais de

austeridade produziram uma “ansiedade econômica” entre os “perdedores da globalização”, ou seja, a classe trabalhadora tradicional (Kriesi *et al.*, 2008; Hopkin, 2020). O receio relativo à perda de status por parte dos trabalhadores teria se manifestando nas urnas pela preferência por esses novos partidos, sendo uma revolta direcionada contra os “ganhadores da globalização” que, em virtude da sua maior renda e educação, teriam menor necessidade dos sistemas de proteção social (Kriesi *et al.*, 2008). Nesse sentido, o crescimento da extrema direita europeia seria parte de um movimento mais geral de rejeição ao neoliberalismo; percebido pelos partidos e eleitores da direita radical como causa da crescente competição econômica e desestabilização dos vínculos comunitários (Hopkin, 2020).

O principal problema dessas análises, no entanto, é o seu limitado escopo contextual. Tais análises se voltam fundamentalmente para o caso europeu; e suas variáveis explicativas parecem pouco adequadas para compreender a emergência desse fenômeno em outras regiões do mundo, como a América Latina, em que o populismo da nova direita adquire outra fisionomia. Ademais, grande parte das abordagens focadas nos casos europeus generaliza o fenômeno em tela a partir de três elementos ideológicos: o nativismo, o autoritarismo e o populismo (Mudde, 2019). Porém, os referidos elementos não necessariamente têm a mesma aplicação no contexto latino-americano. O nativismo, por exemplo, encontra-se ausente nos programas políticos da nova direita latino-americana, uma vez que a ausência do problema dos imigrantes, e sua integração através do uso de políticas sociais, torna irrelevante a defesa de um Estado de Bem-Estar étnico e restrito aos nativos. Embora na América Latina o caráter autoritário do populismo se faça presente, a mobilização do Estado para proteger a economia nacional é uma dimensão ausente. O elemento populista, por sua vez, manifestado na contraposição entre “povo” e “elite”, parece ser a única dimensão comum a ambos os contextos; embora os populistas de direita latino-americanos, diferentemente dos seus pares europeus, tenham poupado de suas críticas os grandes empresários, focando principalmente nas elites do sistema político e do Estado.

Cabe destacar que, independentemente do contexto no qual o fenômeno se desdobra, as lideranças da direita populista tendem a se apoiar em discursos antiestablishment para reforçar sua vocação plebiscitária e antielite (Urbinati, 2019). No entanto, análises recentes demonstram que o repertório populista contemporâneo, embora tenha um forte apelo de massa, é uma tática empregada para iludir o eleitorado e ocultar posturas antiestatistas e elitistas (Metzger, 2017; Hacker; Pierson, 2020). Donald Trump, um líder populista que inspirou profundamente o governo Bolsonaro no Brasil, apontou o “Estado administrativo” como o seu principal inimigo (Metzger, 2017). Devolver o poder concentrado em Washington ao “povo americano” foi a principal marca da retórica populista de Trump, junto com suas promessas de eliminar direitos sociais e reduzir impostos para os mais ricos (Hacker; Pierson, 2020).

Guardando certas semelhanças com a experiência estadunidense, a direita radical latino-americana é uma variedade mais neoliberal do que estatista. Consequentemente, tem mais elementos de continuidade com a onda de reformas liberalizantes produzidas na região nos anos 1980 e 1990 do que de ruptura (Weiland, 1999). Portanto, diferentemente do que ocorre na Europa, em que se pode afirmar uma clara contraposição entre direita “*mainstream*” e nova direita, o programa das novas lideranças populistas latino-americanas encontra nas reformas neoliberais um antecedente direto.

É verdade que as novas figuras do populismo de direita na região, como José António Katz no Chile, Xavier Milei na Argentina, Nayib Bukele em El Salvador e Jair Bolsonaro no Brasil, significam uma ruptura no que se refere às estratégias políticas dos partidos tradicionais de direita em aspectos relacionados a denominada “guerra cultural”. Porém, seus respectivos programas econômicos e sociais são versões, mais radicalizadas ou requentadas, de discursos de enaltecimento das supostas “virtudes do livre mercado” em sociedades caracterizadas pelo que eles definem como “parasitismo estatal” (Kestler, 2022). Nesse sentido, são lideranças que representam valores conservadores profundamente arraigados e que buscam representar aspirações refratárias ao Estado e aos direitos de cidadania.

Pode se afirmar, portanto, que a direita radical latino-americana não se manifesta nos termos colocados por Hopkin (2020) para o caso europeu, como uma reação dos “perdedores” aos processos de globalização e liberalização, mas promovendo precisamente as condições para que as reformas econômicas neoliberais adquiram expressão e popularidade. Nesse aspecto, construir uma sólida coalizão interclasse em apoio a agendas morais e economicamente ultraliberais é uma estratégia que tem sido diligentemente perseguida por esses novos líderes no continente latino-americano.

Cabe destacar, no entanto, que a literatura sobre as reformas econômicas frequentemente trata o populismo e as políticas de liberalização como termos antinômicos, descrevendo suas experiências de coexistência como “patologias” dos sistemas políticos latino-americanos. A visão convencional assume que os líderes populistas não possuem suficiente credibilidade para manter seus compromissos fiscais e, como um corolário, instituições fiscais que são “autoexecutáveis” funcionam como antídotos contra esses líderes (North, 1981; Schultz; Weingast, 2003).

Contrariamente a essas noções, vale notar que regras de austeridade autoexecutáveis, isto é, regras fiscais constitucionalizadas que “amarram as mãos do soberano” (North, 1981), podem contribuir para a sustentação de regimes populistas autoritários, além de facilitarem seus projetos de desmantelamento de políticas sociais. Como afirma uma literatura recente, alguns líderes autocráticos podem tirar vantagem do contexto de austeridade fiscal porque os custos de alienar seu poder discricionário para produzir políticas econômicas expansionistas são suficientemente compensados pelos benefícios de ganhar credibilidade nos mercados (Aaskoven; Grundholm, 2021). Além disso,

segundo Kent Weaver (1986), o comprometimento “automático” de alguns governos com as regras de austeridade fiscal é uma autêntica expressão do desejo dos políticos de “evitar a culpa” pela adoção de medidas impopulares. E, nesse aspecto, é importante notar que esse compromisso se tornou mais sistemático com o crescimento da imposição da disciplina fiscal sobre os governos.

Portanto, como será discutido em relação ao caso brasileiro, a submissão ao Novo Regime Fiscal permitiu ao governo Bolsonaro combinar suas táticas de exploração de antagonismos entre diferentes grupos da população com cortes nos direitos sociais, sem incorrer em custos políticos substantivos.

3 A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL E AS CONTRADIÇÕES DA DÉCADA INCLUSIVA

As eleições de 2018, nas quais Bolsonaro saiu vitorioso, representaram o fim de uma longa hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo, que desde o início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, até o contestado impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, ostentava a presidência do país com um programa reformista de centro-esquerda. No que diz respeito ao seu programa social, tal reformismo manifestou-se através de um conjunto de políticas focalizadas e universalistas, além da valorização do salário mínimo num contexto de crescimento do emprego formal. Contudo, o modelo atingiu seus limites quando, por um lado, os cidadãos começaram a manifestar seu descontentamento com serviços públicos cuja qualidade não acompanhou o ritmo de sua expansão. Por outro lado, a crise econômica e fiscal impediu o crescimento continuado do emprego e das despesas sociais (Bachiller, 2016).

De fato, a manutenção de um rígido sistema de metas fiscais durante o primeiro período dos governos do PT - herança de governos anteriores - mitigou a redistribuição e frustrou as expectativas relativas ao avanço da proteção social. A isso se somaria um conjunto de mudanças estruturais no mercado de trabalho, com o conseqüente crescimento da precarização e rotatividade do emprego, apesar do avanço da formalidade (Dieese, 2011). Embora algumas políticas sociais, como o Bolsa Família, tenham gerado impactos na redução da pobreza, a limitação da redistribuição impediu o adensamento da proteção social e a conseqüente construção de uma sólida coalizão favorável a ela. Da mesma forma, a baixa qualidade dos serviços públicos, a expansão de arranjos privados de proteção e a existência de um setor formal de baixos salários inviabilizaram as condições para a formação de tal coalizão. Nesse sentido, os esforços redistributivos dos governos do PT foram dissipados não apenas pelo seu mitigado reformismo, mas pelas tendências centrífugas decorrentes das novas aspirações, mais individualistas, de grupos dependentes de atividades informais e privadas, que cresceram às sombras dos direitos sociais consagrados pela Constituição de 1988.

Cabe destacar que a eleição de Bolsonaro significou uma quebra de expectativas sobre as possibilidades de avanço desse modelo de inclusão social limitado. Porém, há autores que defendem que tal mudança de rumo já estaria presente nas contradições da economia política que apoiou o mitigado reformismo social do “lulismo” (Singer, 2018), uma vez que tal modelo não fez nada mais do que favorecer o rentismo e a financeirização (Lavinias, 2017). Em qualquer caso, a sucessão de crises políticas e econômicas trouxe ao centro do debate o fenômeno da estabilidade da desigualdade de renda durante os anos dos governos do PT (Medeiros; Souza; Castro 2015), contribuindo para converter o otimismo em ceticismo em relação ao futuro da sua queda.

Dessa forma, cabe afirmar que o Estado de Bem-Estar pode ser considerado como uma variável dependente, quando se avalia o impacto da reformulação das políticas sociais por parte da nova direita, mas também uma variável explicativa, quando a sua contração serve para estimar o impacto dos realinhamentos eleitorais em torno das novas forças da direita populista (Rathgeb; Busemeyer, 2021). Para o caso do Brasil, essa variável explicativa são as limitações e contradições de um sistema de proteção social que, a despeito dos seus avanços recentes, foi configurado historicamente para dar cobertura aos trabalhadores inscritos nas relações formais de emprego; relações estas cada vez mais descoladas das situações reais de trabalho, marcadas pelo acentuado crescimento da informalidade e do emprego precário. Ademais, um sistema de proteção social sujeito a fortes pressões fiscais, como o brasileiro, vem se mostrando cada vez mais inclinado a adaptar suas estruturas de provisão a medidas redistributivas de baixa intensidade (Holland; Schneider, 2017), destacando as políticas focalizadas de combate à pobreza.

Afirma-se, nesse sentido, que o atual sistema tem atuado negligenciando os anseios de uma classe social emergente: o imenso contingente de trabalhadores inseridos na economia informal, demasiadamente pobres para desfrutarem de uma existência plena como “classe média” e demasiadamente “ricos” para se tornarem elegíveis aos programas focalizados. Essa negligência, por sua vez, além de alargar os horizontes de privação, propaga atitudes mais individualistas e avessas à redistribuição, conferindo sustentação social aos programas de austeridade e às propostas de desmonte de políticas da direita radical. Dessa forma, como será analisado na próxima seção, a direita radical brasileira encontrou menos resistências para dismantelar programas e benefícios sociais, sobretudo os de natureza contributiva. Como será explicado a seguir, a exceção foram as políticas focalizadas de combate à pobreza, que inclusive chegaram a ser expandidas durante o período final do governo Bolsonaro, mas para se converterem em instrumentos de retração de outras políticas.

4 GOVERNO BOLSONARO: desmantelamento expansionista e empregabilidade sem direitos

Conforme mencionado, as reformas liberalizantes produzidas durante o governo Michel Temer criaram um novo arcabouço fiscal para inviabilizar sistematicamente as políticas de proteção social. A Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como “teto de gastos”, limitou os gastos sociais e restringiu a capacidade de investimento do governo. Apesar de estabelecer metas irrealistas para o cumprimento das regras fiscais, a constitucionalização da austeridade introduziu um mecanismo “automático” de redução dos gastos públicos, no sentido apontado por Weaver (1986), tornando-se um instrumento útil para Bolsonaro justificar sua política de desmonte de programas sociais.

Durante todo o período do governo Bolsonaro prevaleceu a imposição de uma agenda econômica ultraliberal; mesmo durante a pandemia de Covid-19, em que o governo se viu obrigado a adotar medidas para garantir emprego e renda aos segmentos mais vulneráveis da população (Paula, 2021). O fato é que o governo passou a chantagear abertamente o Congresso Nacional para viabilizar essas medidas, exigindo, em troca, novos pacotes de reformas liberalizantes, incluindo uma Lei Complementar, em 2021, que concedeu autonomia ao Banco Central — uma exigência feita pelos *experts* financeiros para tornar a gestão da política monetária no Brasil mais “técnica” e menos sujeita aos ciclos político-eleitorais.

Diferentemente dos casos europeus, portanto, o populismo da direita radical no Brasil se revestiu de um discurso de defesa incontestada das políticas de austeridade. Nesse sentido, o governo Bolsonaro representou uma perfeita simbiose entre o populismo autoritário e a austeridade fiscal. Ademais, promoveu uma estratégia de “desmantelamento expansionista” da proteção social (Jensen *et al.*, 2014) para ganhar apoio dos grupos mais pobres e buscou incentivar formas de emprego sem proteção.

Cabe frisar, no entanto, que sua estratégia de desmantelamento encontrou alguns obstáculos. Especificamente no campo da educação, as políticas se orientaram por uma agenda moral e não técnica e foram mobilizadas para justificar cortes no setor (Abrucio, 2021). Por se tratar de um setor estruturado por políticas universais, os custos políticos de sua reversão impediram que o governo alcançasse seus objetivos. Apesar disso, a falta de financiamento para a educação pública agravou-se com a imposição do teto de gastos, permitindo ao governo reduzir substancialmente os recursos destinados às universidades e à pesquisa (INESC, 2022).

Da mesma forma, na área da saúde, o governo Bolsonaro buscou, em meio à pandemia, desestabilizar o modelo de federalismo coordenado que organiza os serviços universais oferecidos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS (Abrucio *et al.*, 2020). A isso somou-se o seu

subfinanciamento, após a imposição do teto de gastos, tendo o orçamento do SUS sofrido uma redução de 10% entre 2019 e 2021 (INESC, 2022). O governo buscou transferir diversos programas de atenção básica à saúde para o setor privado, que acabou não prosperando devido à resistência da burocracia da área da saúde e da sociedade civil (Lobato, 2023).

Contudo, os graus de resistência ao desmantelamento variaram nos demais setores de política social, especialmente na área dos direitos trabalhistas e dos benefícios contributivos, que passaram a ser vistos como “privilégios” em um contexto de crescimento exponencial dos trabalhadores informais. Nesse sentido, Bolsonaro apostou em um discurso que reforçou a resignação aos riscos sociais, enfatizando a inutilidade desses benefícios diante de um mercado de trabalho pouco estruturado e transformado pelas novas tecnologias. Note-se que esse discurso teve forte penetração entre as “novas classes médias” e os trabalhadores precários, desprovidos de mecanismos formais de proteção, mas agora elevados à categoria de “empreendedores”.

Essas afirmações corroboram com os achados de alguns estudos que se debruçaram sobre o caso brasileiro em perspectiva comparada. Heller (2020), por exemplo, identificou similaridades entre os governos populistas autoritários de Brasil e Índia; países marcados por altos níveis de informalidade, desigualdade e pobreza. Os regimes populistas de ambos os países se apoiaram explicitamente no discurso neoliberal para promover valores como o empreendedorismo e uma cultura de resignação ao trabalho precário. Ademais, mobilizaram suas “hierarquias socioculturais tradicionais” (Heller, 2020, p.2) para justificar cortes e retrocessos em programas sociais, encontrando certo apoio para tais iniciativas entre segmentos do setor informal.

Bolsonaro buscou explorar o campo aberto pelo crescimento da informalidade para promover a empregabilidade precária. Soma-se a isso o fato de os benefícios contributivos, tal como organizados pela Constituição de 1988 – aposentadorias, pensões e seguro-desemprego – terem perdido força em razão do esvaziamento da legislação trabalhista, como será explicado a seguir, e da consequente proliferação de contratos atípicos, deixando pouco espaço para a criação de empregos formais (Lanzara, 2023). Cabe ainda destacar que essas mudanças afetaram sobremaneira o sistema previdenciário brasileiro, construído sobre a formalidade do trabalho, caminhando na direção apontada por Holland e Schneider (2017), da saída, pela base, de grupos com baixa capacidade contributiva, que ignoram os benefícios contributivos justamente por não conseguirem fazer jus a seu acesso, bem como, no topo, de grupos com maiores rendimentos, que procuram seguros privados de maior valor.

Bolsonaro conseguiu implementar uma reforma do sistema previdenciário no início do seu mandato, incentivando o crescimento de esquemas privados de capitalização. Embora a adoção unilateral de um sistema de capitalização tenha sido rejeitada, a Emenda Constitucional nº. 103/2019 estabeleceu regras bastante restritivas de acesso aos benefícios. Ademais, houve uma redução

substantiva nos valores dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS (que cobre os trabalhadores da iniciativa privada), o que tende a desestimular as contribuições dos trabalhadores formais. A chamada “Nova Previdência” também abriu espaço para a expansão da previdência privada ao forçar estados e municípios a criarem regimes privados complementares para servidores públicos, além de permitir que alguns benefícios, como auxílio-doença, licença-maternidade e auxílio-acidente, fossem oferecidos pelo setor privado. A introdução dessas medidas afetou diretamente o sistema público de repartição, diminuindo sua atratividade quando comparado ao sistema privado complementar (Lanzara; Pernasetti, 2024).

No que diz respeito à proteção do trabalho, é importante considerar a trajetória imediatamente anterior ao governo Bolsonaro. A reforma trabalhista, promulgada durante o governo Temer (Lei nº 13.467 de 13/07/2017), foi a medida mais radical de desestruturação da legislação social. Tal reforma possibilitou a expansão de contratos atípicos, como o intermitente, e permitiu a redução dos custos de contratação e demissão. Além disso, foi viabilizado o avanço da remuneração variável e das horas extras; a Justiça do Trabalho foi esvaziada e os sindicatos foram enfraquecidos pela descentralização da negociação coletiva, impondo pesados custos de ação coletiva aos trabalhadores (Krein *et al.*, 2021).

O interessante é observar como o governo Bolsonaro procurou obstinadamente aprofundar o alcance dessa reforma. Para isso, buscou substituir a tradicional carteira de trabalho, símbolo da inscrição dos trabalhadores no sistema de garantias trabalhistas, pela chamada carteira “Verde e Amarela”, em uma tentativa clara de eliminar as proteções trabalhistas remanescentes. Embora grande parte dessas medidas tenha sido barrada ou modificada pelo Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal, vale destacar que serviram para legitimar a expansão de novas modalidades de trabalho precárias (Lanzara, 2023). Além disso, as políticas públicas para o mercado de trabalho foram praticamente abandonadas; e a fiscalização do trabalho foi intencionalmente enfraquecida para tolerar violações na legislação trabalhista. Tal estratégia foi combinada com a busca insistente de expansão do emprego desprotegido, especialmente por meio das novas plataformas digitais de emprego. Exemplo disso foi o programa “Qualifica Mais Progredir”, lançado em 2021, cujo objetivo era ampliar as oportunidades de emprego abertas pela economia de aplicativos aos beneficiários dos programas de transferência de renda. A criação desse programa foi sintomática de um conjunto de ações promovidas pelo governo Bolsonaro para gerar “portas de saída” para os beneficiários das políticas de transferência de renda, incentivando sua inserção nas relações de trabalho precárias organizadas pelas plataformas digitais (Lanzara, 2023).

Ao alegar que os benefícios contributivos são “privilégios” diante do aumento da informalidade, o governo pretendia eliminá-los, especialmente os vinculados ao salário mínimo e

destinados aos assalariados mais pobres. Pretendia, ainda, substituir esses benefícios por programas compensatórios de combate à pobreza; programas de baixo custo orçamentário e alta visibilidade política. Nesse sentido, aproveitou-se da difusão do Programa Bolsa Família (PBF) junto aos mais pobres para subverter suas formas e funções, de modo que este, sob uma nova roupagem, servisse aos propósitos de turbinar sua popularidade.

É inquestionável que o PBF contribuiu para a redução da pobreza e da desigualdade no país (Jaccoud; Bichir; Mesquita, 2017). Contudo, as mesmas virtudes que acompanharam sua evolução, particularmente relacionadas a seu baixo custo e alta visibilidade, transformaram-se em vícios que o levaram a se acomodar a níveis redistributivos de baixa intensidade. Não é por acaso, portanto, que coalizões políticas que enfrentam intensa competição eleitoral, sejam de esquerda, centro ou direita, ou mesmo de direita radical, tendam a aderir incondicionalmente a esses programas (Garay, 2016; Holland; Schneider, 2017). Paradoxalmente, no caso do Bolsa Família, a sua ampla adesão deve-se exatamente ao seu baixo potencial redistributivo e à fixação dos seus limites por regras fiscais de austeridade (Tomazini, 2023). Nesse sentido, o Bolsa Família tornou-se uma política institucionalizada, que seria continuada por governos de diferentes matizes ideológicas, exatamente porque permitiu a esses governos gerirem o conflito distributivo a um baixo custo e dentro de limites fiscais aceitáveis.

O governo Bolsonaro nunca escondeu suas reais intenções em relação ao destino do PBF. Ciente dos riscos eleitorais do seu desmantelamento, o governo buscou transformá-lo em um provável substituto de benefícios mais “onerosos”, como o seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que são benefícios indexados constitucionalmente ao valor do salário mínimo. A transformação do PBF em Programa Auxílio Brasil, no final do mandato de Bolsonaro, seguiu essa estratégia ao criar diversos benefícios de combate à pobreza cujos objetivos eram bastante contraditórios; alguns benefícios previstos no novo programa exigiam contrapartidas insidiosas, obrigando a inscrição dos seus beneficiários em empregos precários; outros visavam explicitamente mercantilizar o setor de assistência social, oferecendo um *voucher* para as famílias matricularem seus filhos em creches privadas (Tomazini, 2023). Pode-se afirmar, portanto, que Bolsonaro soube como nenhum outro político aproveitar as ambiguidades e contradições subjacentes a esses programas ao apresentar o Auxílio Brasil, seu próprio Bolsa Família, como um “tudo ou nada” da proteção social, acomodando-o às vicissitudes do seu projeto de desmantelamento expansionista da proteção social.

As estratégias de desmonte de políticas discutidas acima revelam que o governo Bolsonaro tentou reduzir a relevância dos benefícios contributivos e universais no sistema de proteção social brasileiro. Na direção oposta, é possível perceber como investiu na expansão de políticas

compensatórias de combate à pobreza e incentivou deliberadamente o emprego informal e precário. Foi assim que ampliou o espaço para a criação de um “regime de empregabilidade sem direitos” no país voltado à plataformização do trabalho e à promoção do empreendedorismo (Lanzara, 2023, p. 96).

Se houve obstáculos a tal empreitada, eles foram levantados pelo caráter constitucional e universal de alguns serviços, como os organizados no âmbito do SUS. As facilidades, por sua vez, se devem às falhas das políticas para enfrentar os desafios de um mercado de trabalho cada vez mais fluido, opaco e desprotegido.

5 CONCLUSÃO

Este artigo procurou demonstrar que a direita radical no Brasil, representada pelo governo Bolsonaro, é uma variante distinta dos demais regimes populistas de direita que emergiram recentemente nos países europeus. Tais diferenças se devem aos enfoques dados pelos partidos e líderes da direita radical ao tema da proteção social. Ao contrário das posturas nativistas de defesa do Estado de Bem-Estar endossadas por alguns líderes da direita radical europeia, no Brasil, a retórica populista de Jair Bolsonaro mostrou-se bastante funcional para promover valores neoliberais e desmantelar políticas sociais, apesar das resistências e oposições.

Ao aprofundar as medidas de austeridade fiscal herdadas do seu antecessor, o governo Bolsonaro agravou o subfinanciamento das políticas sociais e buscou desconstitucionalizar direitos sociais. Se, por um lado, reforçou as medidas de austeridade fiscal e a independência de algumas agências, como o Banco Central, principal contribuição do seu governo ao mercado financeiro, por outro, recolocou a população do Brasil no mapa da fome. Além disso, a desregulamentação do mercado de trabalho, iniciada durante o governo Temer, teve como consequência não somente o crescimento da informalidade e da precarização do trabalho, mas também a diminuição da relevância dos benefícios contributivos no sistema de proteção social. Por outro lado, os programas de transferência condicionada de renda, a exemplo do PBF, foram desvirtuados com o objetivo de aumentar as chances eleitorais do presidente no final do seu mandato, além de terem sido subrepticiamente utilizados para ocultar o desmonte de políticas sociais.

Deve-se destacar, todavia, que as falhas do sistema de proteção social foram capitaneadas pelo governo para facilitar o processo de desmonte de políticas. No Brasil, onde os direitos sociais contributivos abrangem apenas uma parcela da população, as disputas sobre o “mérito” desses benefícios são bastante comuns e geralmente são exploradas para justificar reformas que reduzem direitos e titularidades dos seus tradicionais beneficiários; quase sempre vistos como “privilegiados”, embora ganhem entre um ou dois salários mínimos. Bolsonaro tentou tirar o máximo

proveito desses antagonismos. Seu governo usou ações discretas e manipuladas para retirar benefícios sociais destinados aos trabalhadores assalariados mais pobres. Ao disseminar a ideia de que esses benefícios são custosos — ideia amplamente apoiada por *experts* financeiros, setores do empresariado e da mídia — o governo promoveu uma “agenda expansionista de desmantelamento”, cujo cerne consistia em cortar benefícios trabalhistas e, simultaneamente, substituí-los por programas compensatórios de baixo custo.

Considerando o forte apoio que Bolsonaro obteve nas eleições de 2022, quando, a despeito da sua derrota, se mostrou capaz de disputar acirradamente o pleito eleitoral, é razoável pressupor que a direita radical populista no Brasil tem encontrado menos resistências para viabilizar suas estratégias de redução da proteção social, ao menos no que diz respeito às propostas de desmonte das políticas contributivas. E estas tendem a ser mais resistentes a mudanças radicais, especialmente em contextos nos quais a sensibilidade eleitoral à redistribuição é condicionada pela densidade dos vínculos entre contribuições e benefícios.

Nesse aspecto, nem a teoria da “resiliência institucional” ao desmonte dos programas sociais (Pierson, 2001), nem a da competição eleitoral dos partidos da direita radical populista conseguem, na sua formulação original centrada nos países europeus, explicar o fenômeno para o caso do Brasil. Conforme demonstrado, os mecanismos para ativar apoios eleitorais ao sistema de proteção social variam entre os diferentes contextos, destacando a ambivalência dos eleitores em torno desse tema. Tal ambivalência é frequentemente canalizada pelo discurso populista para disseminar ressentimentos entre diferentes grupos de beneficiários das políticas sociais. No caso brasileiro, as alegações de que os benefícios contributivos são “privilégios”, e como tais são pouco sensíveis aos grupos deles excluídos, junto com as pressões ou frustrações vindas de baixo, que também demonstram baixa sensibilidade à dimensão contributiva do sistema de proteção, se converteram num elemento mobilizador do discurso reformista da direita radical. Assim, diferentemente da ação da direita populista europeia, este “nós” contra “eles,” no caso do Brasil, não se cristalizou num fortalecimento dos programas sociais para os “merecedores”, tais como o reforço de políticas familistas ou previdenciárias para trabalhadores nacionais, mas numa contração do sistema de proteção social.

A direita radical populista no Brasil não tem agido, portanto, visando capturar as frustrações de uma classe social de trabalhadores “perdedores da globalização”, porque, no Brasil, essa classe simplesmente “tem pouco a perder” em vista do seu baixo status, inconsistência posicional e condição de insegurança. Desse modo, o governo Bolsonaro explorou amplamente as possibilidades abertas pelo crescimento da informalidade e do emprego precário para promover valores individualistas e disseminar o empreendedorismo, encontrando certa ressonância para a concretização desses valores no universo popular.

O apoio conseguido junto à denominada “classe C” foi motivado precisamente pelas carências e contradições do sistema de proteção social. Portanto, é possível concluir que estas são as condições de um neoliberalismo inserido nas relações sociais e na forma em que as políticas de proteção são configuradas, que forja coalizões sociais insensíveis ou até mesmo favoráveis ao seu desmantelamento. Nesse sentido, explorar os sentimentos ambíguos da população em relação à sua condição social, desproteção e precariedade no emprego para disseminar valores individualistas e conservadores, por um lado, e recorrer a políticas de austeridade e desregulamentação que favorecem os mais ricos, por outro, foi a estratégia utilizada por Bolsonaro para governar e se tornar um líder popular.

Cabe destacar, por último, a necessidade de focar em análises comparativas dos governos da direita radical na América Latina e, particularmente, em suas atitudes relativas à proteção social. Tal agenda de pesquisa poderia se mostrar promissora ao revelar padrões de similaridade do fenômeno nos países da região, em face da existência, neles, de certas carências que parecem favorecer a emergência de lideranças populistas de inclinação neoliberal.

REFERÊNCIAS

AASKOVEN, L.; GRUNDHOLM, A. Stability through constraints: the impact of fiscal rules on autocratic survival. **Democratization**, v. 28, n.8. p. 1564-1562, jul. 2021.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Bolsonarismo e educação: quando a meta é destruir uma política pública. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fabio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 255-270.

ABRUCIO, F. L.; GRIN, L. E.; FRANZESE, C.; SEGATTO, C. I.; COUTO, C. G. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n.4, p. 663-677, jul./ago. 2020.

AFONSO, A. Choosing whom to betray: populist right-wing parties, welfare state reforms and the trade-off between office and votes. **European Political Science Review**. v. 7, n. 2. p. 271-292, may. 2015.

AFONSO, Alexandre; RENNWALD, Line. The changing welfare state agenda of radical right parties in Europe. *In*: MANOW, Philip; PALIER, Bruno; SCHWANDER, Hanna (orgs.). **Welfare democracies and party politics: explaining electoral dynamics in times of changing welfare capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 171–194.

ARRETCHÉ, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p.1-23. 2018.

BACHILLER, J.V. La crisis de la década inclusiva en Brasil. **Sistema: Revista de Ciencias Sociales**, n.242-243, p. 139-159. 2016.

BUSEMEYER, M.; RATHGEB, P.; SAHM A. Authoritarian values and the Welfare State: the social policy preferences of radical right voters. **West European Politics**, v.45, n.1, p. 77–101, mar. 2021.

CAHILL, D. Polanyi, Hayek and embedded neoliberalism. **Globalizations**, v. 15, n. 7, p. 977-994, jul. 2018.

CERNY, Philip. **Rethinking world politics: a theory of transnational neopluralism**. New York: Oxford University Press, 2010.

CHUERI, J. Social policy outcomes of government participation by radical right parties. **Party Politics**, v. 27, n. 6, p. 1092–1104, jul. 2021.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **National populism: the revolt against liberal democracy**. London: Pelican, 2018.

ENNSER-JEDENASTIK, L. The impact of radical right parties on family benefits. **West European politics**, v. 45, n.1, p. 154-176, jul. 2022.

FLEURY, Sônia (org.). **Social policy dismantling and de-democratization in Brazil**. Citizenship in danger. Cham: Springer, 2023.

GARAY, Candelaria. **Social policy expansion in Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2016.

HACKER, Jacob; PIERSON, Paul. **Let them eat tweets: how the right rules in an age of extreme inequality**. New York: Liveright Publishing, 2020.

HÄUSERMANN, S.; PICOT, G.; GEERING, D. Rethinking party politics and the Welfare State: recent advances in the literature. **British Journal of Political Science**, v. 43, n. 1, p. 221–40, jan. 2013.

HELLER, P. The age of reaction: retrenchment populism in India and Brazil. **International Sociology**, v. 35, n.6, p.590-609, jul. 2022.

HOLLAND, A.; SCHNEIDER, B. R. Easy and hard redistribution: the political economy of welfare states in Latin America. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 4, p. 988-1006, dec. 2017.

HOPKIN, Jonathan. **Anti-system politics: the crisis of market liberalism in rich democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

INESC. **A conta do desmonte**. Balanço do Orçamento Geral da União 2021. Brasília: INESC, 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

JACCOUD, L.; BICHR, R.; MESQUITA, A. O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. **Novos Estudos Cebrap**, v.36, n.2, p.37-53, jul. 2017.

JENSEN, C; KNILL. C.; SCHULZE, K.; TOSUN, J. Giving less by doing more? Dynamics of social policy expansion and dismantling in 18 OECD countries. **Journal of European Public Policy**, v. 2, n.4, p.528-

548, mar. 2014.

KESTLER, T. Radical, nativist, authoritarian - or all of these? Assessing recent cases of right-wing populism in Latin America. **Journal of Politics in Latin America**, v. 14, n. 3, p. 289-310, dec. 2022.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane; LEMOS, Patrícia. **O trabalho pós-reforma trabalhista**. São Paulo: CESIT, 2021. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/remir/images/2021/VOL_1_A_reforma_trabalhista_210621.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

KRIESI, Hanspeter; GRANDE, Edgar; LCHAT, Romain; DOLEZAL, Martin; BORNSCHIER, Simon; FREY, Timotheos (orgs.). **West European politics in the age of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press. 2008

LANZARA, Arnaldo. The dismantling of employment policies in Brazil: employability without rights. In: FLEURY, Sônia (org.). **Social policy dismantling and de-democratization in Brazil**. Citizenship in danger. Cham: Springer, 2023. p. 85-105.

LANZARA, Arnaldo; PERNASETTI, Fernanda. Authoritarian populism and fiscal austerity: the dismantling of social security in Bolsonaro's government. In: SÁTYRO, Natália (org.). **Social policies in times of austerity and populism: lessons from Brazil**. London, Routledge, 2024. p. 105-125.

LAVINAS, Lena. **The takeover of social policy by financialization**. The Brazilian paradox. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LOBATO, Lenaura. The universal right to health in Brazil: from restricted expansion to dismantling. In: FLEURY, Sônia (ed.). **Social policy dismantling and de-democratization in Brazil**. Citizenship in Danger. Cham: Springer, 2023. p. 135-157.

LOTTA, Gabriela; SILVEIRA, Mariana; FERNANDEZ, Michelle. Ações e reações: mecanismos de opressão à burocracia e suas diferentes estratégias de reação. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; LEOPOLDI, Maria Antonieta; SILVA, Michelle (orgs.). **Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA/INCT-PPED, 2023. p. 501-526.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P.; CASTRO, F. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 20, n.4, p.971-986. 2015.

METZGER, G. 1930s redux: The administrative state under siege. **Harvard Law Review**, v. 131, n.1, p. 02-95. 2017.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Carlos Rovira. **Populism: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.

NORTH, Douglass. **Structure and change in economic history**. New York: W.W. Norton, 1981.

PAULA, L. F. de. The coronavirus crisis and countercyclical policies in Brazil. **European Journal of Economics and Economic Policies Intervention**, v.18, n.2, p. 1-23, sep. 2021.

- PIERSON, Paul (org.). **The new politics of the Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- PINGERRA, M. Congruent with whom? Parties' issue emphases and voter preferences in welfare politics. **Journal of European Public Policy**, v.28, n.1, p. 1973-1992, sep. 2020.
- RATHGEB, P.; BUSEMEYER, M. How to study the populist radical right and the welfare state? **West European Politics**, v. 45, n. 1, p. 1-23, jun. 2021.
- ROVNY, J.; POLK, J. Still blurry? Economic salience, position and voting for radical right parties in Western Europe. **European journal of political research**. v.59. n.2, p. 248-268, sep. 2020.
- SÁTYRO, Natália (org.). **Social policies in times of austerity and populism: lessons from Brazil**. New York: Routledge, 2024.
- SCHULTZ, K.; WEINGAST, B. The democratic advantage: institutional foundations of financial power in international competition. **International Organization**, v.57, n.1, p. 3-42, feb. 2003.
- SEBOK, M.; SIMONS, J. How Orbán won? Neoliberal disenchantment and the grand strategy of financial nationalism. **Socio-Economic Review**, v. 20, n. 4, p.1625-1651, oct. 2022
- SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SLOTHUUS, R. Framing deservingness to win support for welfare state retrenchment. **Scandinavian Political Studies**, v.30, n.3, p. 323-344, sep. 2007.
- TOMAZINI, Carla. Adeus Bolsa Família? Ambiguidades e (des)continuidades de uma política à deriva. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; LEOPOLDI, Maria Antonieta; SILVA, Michelle (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA/INCT-PPED, 2023. p. 75-98.
- URBINATI, Nadia. **Me the people**. How populism transforms democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
- WEAVER, K. The politics of blame avoidance. **Journal of Public Policy**, v.6, n.4, p. 371-98, oct. 1986.
- WENZELBURGER, G.; HÖRISCH, F. Framing effects and comparative social policy reform: comparing blame avoidance evidence from two experiments. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v.18, n.2, p.157-175, aug. 2016.
- WEYLAND, K. Neoliberal populism in Latin America and Eastern Europe. **Comparative Politics**, v. 31, n. 4, p. 379-40, jul. 1999.